

## *COLONIZAÇÃO E NATUREZA: o trabalho do homem e o trabalho da mulher*

**Arneide Bandeira Cemin\***

**RESUMO:** Nossa hipótese de pesquisa pressupunha que as condições ecológicas de Rondônia modificariam a divisão do trabalho familiar, reduzindo particularmente a participação da mulher nas tarefas agrícolas da produção mercantil. Registramos, entretanto, que o fator ecológico intervém apenas no momento inicial, na derrubada e preparo do terreno para o plantio. Deste modo, nos propomos demonstrar que o fator preponderante da redução do trabalho feminino na atividade agrícola - segundo nossos dados - é a transformação tecnológica, apreendida do ponto de vista social e não técnico, uma vez que o modelo de trabalho.

**PALAVRAS – CHAVE:** Mulher, Pesquisa, Produção Mercantil, Trabalho Familiar e Trabalho Feminino.

**ABSTRACT:** Our hypothesis research thinks the ecological conditions of Rondônia would change the Division of family work, reducing particularly the participation of women in agricultural tasks of market output. We note, however, that the ecological factor intervenes only in the overthrow and staging ground for planting. Thus, we demonstrate that the predominant factor in the reduction of female labour in agricultural activity-according to our data-processing technology, seized from a social point of view and non-technical, since the job template.

**KEYWORD:** Woman, Research, market output, Family Work and female labour.

Nossa hipótese de pesquisa pressupunha que as condições ecológicas de Rondônia modificariam a divisão do trabalho familiar, reduzindo particularmente a participação da mulher nas tarefas agrícolas da produção mercantil. Registramos,

entretanto, que o fator ecológico intervém apenas no momento inicial, na derrubada e preparo do terreno para o plantio. Deste modo, nos propomos demonstrar que o fator preponderante da redução do trabalho feminino na atividade agrícola - segundo nossos dados - é a transformação tecnológica, apreendida do ponto de vista social e não técnico, uma vez que o modelo de trabalho parece pautar-se naquilo que Balandier (1976) chamou de "estrutura intangível", fundamentada na tradução dos dados de natureza em fatos de cultura.

Heredia (1979) e Garcia (1983) ressaltaram a relação de oposição entre a casa e o roçado, em contraposição à idéia de concebê-los enquanto unidade de produção e consumo visto como fato único. Segundo estes autores, a análise de tal oposição, longe de negar a especificidade da economia camponesa, contribuem para o aprofundamento de sua compreensão.

Em concordância com a última assertiva dos autores citados, acrescentaríamos no que se refere a primeira proposição dos mesmos, que a relação não é apenas de oposição, mas é também relação ambígua, de oposição complementar. Deste modo, a oposição casa-roçado é representada ao mesmo tempo enquanto par oposto e complementar.

Oposto, na medida em que a casa consome os produtos do roçado "in natura" ou mediados por processos mercantis. Complementar, porque a casa é vista como espaço necessário e fundamental. É a casa que dá sentido à existência do roçado e nesse contexto, a casa é a própria representação da família. Sua relação com o roçado, portanto, não é só de oposição, mas também de complementaridade. A relação neste caso não seria nem de superioridade nem de inferioridade, mas simétrica, conforme nos esclarece um colono:

**O roçado produz e a roça consome, mas se não tem família não precisa de roça, os dois são importante igual...**

Temos ainda, com relação ao trabalho de Heredia, a visão diferenciada no que diz respeito à posição do homem enquanto significante da família e, conseqüentemente, da casa. Segundo a autora:

**A casa é concebida como o lugar da mulher por excelência. No entanto, por ser o homem, o pai da família, quem através do roçado, providencia os meios necessários para a existência dos alimentos que serão consumidos na casa, é ele responsável, em última**

**instância, pela casa e esta não é concebida sem a sua presença, delineando-se dessa forma o esquema de autoridade doméstica (HEREDIA,1979:79).**

Diferentemente da autora, os nossos dados indicam que embora o homem seja a autoridade máxima, definindo inclusive o funcionamento das tarefas domésticas, é a mulher quem personifica a casa e, conseqüentemente, a família.

Temos então, uma representação social dupla, decorrente do esquema ao mesmo tempo oposto e complementar já citado: de um lado, é o homem o responsável direto pelo abastecimento da casa, o elo social de ligação entre a família e o mundo exterior à casa. De outro lado, o homem sem a mulher, homem solteiro, mesmo sendo proprietário de lote e habitando uma casa exatamente igual a todas as outras, é socialmente desvalorizado. Neste sentido, o que atribui valor social ao homem é a mulher. É a união, social e biologicamente fecunda, entre o homem e a mulher que contribui como elemento para a constituição social do indivíduo, instaurando nele uma espécie de obra "civilizadora", ou melhor, socializadora:

**"O casado tem mais valor, o solteiro não tem definição de nada. Pega dinheiro gasta tudo e depois vem batendo com a mão na bunda. O casado tem mais responsabilidade. Antes de eu adquirir esse lote aqui, eu era peão. Quer dizer... não era porque eu tinha família...**

**-Mas o senhor não tinha terra...**

**-É, eu não tinha terra mas eu tinha família... Quer dizer, eu era peão de trecho...**

**-E quem não tem terra?**

**-Aí é bóia-fria, é família que não tem lugá pra morá, pé-de-ferro. "Peão é pessoa que não tem família..."**

Embora não havendo precisão classificatória quanto à categoria peão, interessa-nos reter que há disposição social para a distinção valorativa entre os casados e os solteiros, sendo abundantes as referências e contextos em que os colonos acentuam a desvalorização social dos últimos. Por outro lado, a produção teórica sobre o campesinato ressalta o importante papel que o casamento representa no contexto agrário, constituindo-se numa espécie de marco social ou rito de passagem para uma fase adulta e independente da autoridade paterna. Assinalando, em nosso entender, o reconhecimento social do ser socialmente "total". Não mais parte do todo, indicado pela posição de filho na casa paterna, mas através da união com o elemento feminino, institui-se a relação

capaz de "totalizá-lo" enquanto ser social, e ainda de engendrar, reproduzir e recriar a relação primordial, ou seja, a condição necessária para o surgimento da nova família e, por extensão, da nova unidade de produção familiar.

Se, de acordo com o que postulamos, trata-se da relação de oposição-complementar, segue-se que deparamo-nos com uma relação ambígua, tensa, onde as representações podem apontar ora para os aspectos de complementaridade, ora para os aspectos de oposição; por não estarem organizadas em narrativa sequencial, encontrando-se na verdade dispersas, fragmentadas ou em paradoxos, só um esforço de compreensão pode resultar no processo de reelaboração de sua totalidade.

Os processos desencadeados pela divisão do trabalho talvez sejam os portadores de um maior número de elementos reveladores da tensão entre oposição e complementaridade. Heredia assinala que:

**"A oposição casa-roçado delimita a área do trabalho e do não trabalho, assinalando os lugares femininos e masculinos a essa divisão" (HEREDIA, 1979:79).**

Os dados de Cemin (1992) realmente constatarem esse tipo de formulação nas representações dos colonos, conforme podemos ver explicitamente através da fala daquele que nos hospedou na linha 643, quando classifica as categorias "trabalho" e "serviço":

**"Fazer uma coisa é trabalho, cuidar é serviço. Por exemplo, o café secando no terreiro já deu trabalho (durante todo o seu ciclo produtivo no roçado), mas agora já tá secando (no terreiro) é serviço. Limpar a casa, fazer comida, lavar roupa, varrer um terreiro... é serviço..."**

Assim, o esforço do homem aplicado à terra é considerado "trabalho"; a mesma atividade, no mesmo espaço, quando executada pela mulher, é considerada "ajuda". Mesmo o esforço feminino aplicado aos espaços considerados de esfera feminina - a casa, o terreiro - não é considerado "trabalho", sendo designado pela categoria "serviço". Não é, portanto, o ato, ou espaço em si, que são considerados mas, o significado social de que são revestidos. Consequentemente, não são dados de natureza tais como o dispêndio de energia humana aplicado ao objeto também natural - a terra -, ou ao espaço já elaborado pelo trabalho - o roçado. Trata-se de dados de natureza traduzidos em fatos de cultura, o que nos instiga a indagar sobre o ordenamento social que os institui.

Uma chave importante para a compreensão da dialética entre oposição e complementaridade na relação homem/mulher, encontra-se na citação anterior, onde o colono nos diz que "fazer uma coisa é trabalho, cuidar é serviço". Ora, quem faz a casa, o terreiro, o roçado, e os filhos são os homens; é ele (o homem) quem desencadeia, no universo social camponês, o processo criativo, gerador. Em todas essas atividades a mulher entra com a parte complementar, de preservação e cuidados.

O homem constrói a casa, ela a embeleza, perpassa-a de cuidados cotidianos. O homem derruba a mata original e limpa o terreno onde se implanta a casa e o terreiro. A mulher cuida da manutenção, carpindo-o e varrendo-o quase que diariamente, ornamentando-o com flores e semeando-o de plantas medicinais. Cabe ao homem todas as tarefas de preparo da terra para a implantação do roçado, considerando-se como tarefa feminina o plantio, particularmente pelo processo de semeadura e colheita atividades, portanto, complementares. Por fim, é o homem quem deposita no interior da mulher (outra metade) a semente que dará origem a um novo ser, cabendo a mulher cuidados necessários ao bom termo do processo.

Deste modo, o natural informa e organiza o social, conferindo-lhe inteligibilidade e ordem. "Fazer" uma coisa é trabalho, atributo masculino. "Cuidar" de uma coisa é serviço, atributo feminino. Muito nos intrigou o fato de vermos os atos de pensamento e de lazer serem incluídos na categoria "serviço". Tal fato desmorona qualquer visão parcial que considerasse a relação homem/mulher, e conseqüentemente "trabalho" e "serviço" como de mera oposição e sustentáculo para a reprodução do esquema de autoridade masculina. Vejamos, então, nas palavras do colono que nos hospedou na linha 643, a riqueza e sutileza que pautam o pensamento camponês:

**"O trabalho é o principal, o serviço é pensamento, o serviço faz uma partizinha do pensamento da pessoa. Fazê uma viagem, cortá cana, fazer cerca... Tudo é trabalho. Domingo, dia de encontro das pessoas, uns usa pra ir à igreja, outros pra ir na casa de uni, não pode ir na casa de todo mundo, lá se encontra, tudo faz parte de um trabalho, porque ele pensou é serviço, fez é obrigação. Jogar bola faz parte do serviço porque pensou, mas é uma obrigação. Diversão é trabalho e serviço. Descanso é ficar sem fazer nada, deitar, sentar... trabalho é obrigação, pensou é serviço, realizou é trabalho. São três coisa diferente que forma uma coisa só..."**

Ora, segundo nosso entender, as categorias "trabalho" e "serviço" são

designadores de diferenças que se pretende explicitar; mas, não comportam apenas a "oposição", trazendo em si a marca da tensão entre a oposição e a complementaridade. Isto porque a categoria "serviço", além de traduzir a diferença entre a atividade feminina e a atividade masculina, designada pela categoria "trabalho", enquanto dispositivo classificatório, inter-relaciona também, duas categorias de atividades: uma categoria de atividade considerada "leve", o serviço; outra considerada "pesada", o trabalho.

Atribui-se socialmente à mulher, tarefas consideradas "leves" e compatíveis com sua condição física. Tal atribuição tem como ponto de partida a função biológica de portadora das condições de "germinação e crescimento das sementes de uma nova vida", (função esta que a impede, por exemplo, de assumir integralmente todas as etapas do trabalho agrícola). Mas, por tratar-se de uma designação construída socialmente, o "leve" passa a ser tudo aquilo que a resultante da tensão entre oposição e complementaridade conseguir designar por "serviço".

Deste modo, não é apenas a comparação objetiva entre o dispêndio de energia física empregada para a consecução de determinada tarefa que determina o caráter "leve" ou "pesado", visto sob uma ótica de inerência ao dado da realidade; mas, ao contrário, o elemento de determinação é dado pela resultante relacional da oposição e da complementaridade, onde cada um opõe-se ao outro, esperando obter maior espaço para preservação e realização social de si mesmo, buscando na oposição a complementação necessária de si mesmo e dos processos de criação e reprodução da unidade familiar de produção.

A resultante relacional da oposição e da complementaridade ressalta um dado que nos parece importante, e que não foi apreendido pela análise de Heredia (1979): o contra-discurso feminino. Ou seja, se há um discurso masculino que "nega" à mulher o reconhecimento de seu trabalho, tomando-a semelhante a um ser socialmente dependente e incompleto; o contra-discurso feminino procura garantir a especificidade do ser feminino, visando proteger-se da dupla jornada do trabalho - casa/roçado. Deste modo, nossa anfitriã da linha 643, logo na primeira visita nos inquiriu:

**"A senhora me fez muitas perguntas e eu quero fazer também. A senhora acha que serviço de mulher não tem valor? Meu marido não dá valor. Só pra trabalho na roça. Mas eu acho que a mulher trabalha mais, porque trabalha em casa e na roça..."**

Conclui recorrendo à autoridade paterna e às condições tomadas claras antes do casamento:

**"Meu pai não me criou trabalhando na roça (seu pai era agricultor) e quando casei avisei pra ele (marido) que não sou mulher de pegá na foice, na enxada... que isso não é serviço pra mulher."**

Outra informante relata:

**"A mulher sofre demais com as consequências da vida, quer comprar alguma coisa para os filhos, mas não pode, isso tudo é sofrimento. O serviço de roça é muito pesado, não é serviço de mulher. A gente trabalha (na roça) pra ajudá o marido em algum ponto, mas não é fácil..."**

Deste modo, a tensão estrutural oposição-complementaridade, que perpassa a relação masculino/feminino, sustenta-se na ambiguidade e no confronto explícito ou implícito para determinar o limite entre o "trabalho" e o "serviço". Portanto, enquanto o discurso masculino nega o dispêndio de energia feminina, não aplicando às atividades no roçado o estatuto de "trabalho", a mulher em contrapartida aciona o dispositivo da especificidade feminina visando diminuir a extração de sobre trabalho. Assim, o discurso masculino, ao negar existência ao trabalho feminino, não o faz apenas para reproduzir o esquema de autoridade masculina, já assinalado por Heredia (1979), mas também por considerá-lo insuficiente.

Isto parece ficar muito claro quando nos deparamos com a introdução de novas tecnologias, mesmo que muito simples, como é o caso da plantadeira manual. As mulheres foram quase unânimes em afirmar que deixaram de participar do processo de plantio - trabalho reconhecidamente feminino, conforme os estudos de Heredia (op. Cit.) e Garcia (1983), a partir da aquisição da plantadeira manual.

Este dado nos remete a pelo menos dois aspectos importantes: o primeiro diz respeito aos processos gerais de socialização da mulher que reproduzem continuamente a interiorização do sentimento de incapacidade para atividades ditas complexas. O segundo aspecto parece indicar o uso que a mulher faz dessa condição de "ser - inepto", visando preservar-se da dupla jornada de trabalho.

O caso da plantadeira manual nos parece exemplar. As mulheres recusam-se a utilizá-la e justificam: "é porque eu não entendo o jeito de batê ela". Entretanto, o uso da plantadeira exige uma simples coordenação de pernas e braços - a cada passo fechar e abrir o instrumento - e não exige sequer esforço físico adicional, visto

tratar-se de instrumento leve.

Quando manifestamos o desejo de ver uma plantadeira em funcionamento e a experimentamos pessoalmente, o marido logo disse à mulher: "olha como ela usa a plantadeira, sem nunca ter visto uma...". A insistência com que ele repetia a frase explicitava o desejo de que a mulher fizesse uso da plantadeira, visto que é possível triplicar a área de plantio, utilizando-a. Por outro lado, a pouca convicção com que a mulher argumentava não saber utilizá-la, deixava claro a falta de interesse em sua utilização.

Um raciocínio apenas pautado por médias estatísticas poderia supor que o fato de haver uma minoria de mulheres que utilizam plantadeira manual, seria indicativo de que a plantadeira enquanto instrumento de trabalho é responsável pelo afastamento das mulheres dos processos de plantio, tarefa secularmente reconhecida como feminina. Nosso ponto de vista identifica no embate entre a "exigência" masculina para a utilização da plantadeira pelas mulheres, e a recusa destas em utilizadas, uma luta social pela extração de sobre-trabalho, que se expressa por uma luta pelo estabelecimento de "fronteiras", de limites entre o "trabalho", masculino, e o "serviço", feminino. Deste modo, a questão da introdução de novas tecnologias não é apenas técnica, mas também social. Se não são os dados de natureza e os dados técnicos substanciais em si mesmos, mas sim dados de natureza e dados técnicos traduzidos em fatos de cultura que instituem o social, retomamos a indagação sobre o ordenamento social que os institui, na tentativa de sua compreensão.

Garcia e Heredia - em obras por nós já amplamente citadas e com as quais vimos dialogando no decorrer desta análise - trabalham com a hipótese da oposição entre a casa e o roçado, enquanto expressão da oposição entre o elemento masculino e o elemento feminino, organizando as esferas do trabalho e do não-trabalho, e servindo como fio condutor das representações e formas de organização do tempo e do espaço social no universo camponês.

Entretanto, nossas conclusões postulam que a noção não é apenas de oposição, mas sim de oposição-complementaridade, incluindo-se nesse modelo todo um conjunto de relações, inclusive as que dizem respeito aos processos de produção da reprodução física e social das unidades de reprodução familiar. Concluímos que o modelo de trabalho pauta-se por aquilo que Balandier (1976)



chamou de "estruturas intangíveis": aquelas que põem em destaque as classes sociais, as classes de idade e as classes sexuais, com relevo para o dualismo sexualizado, suas representações, suas ideologias e os dinamismos elementares que engendram.

Garcia, no último capítulo de sua obra, apoiado teoricamente em Bourdieu e Leach, utilizou-se da hipótese de que o modelo de trabalho agrícola é o ato de fecundação que os homens realizam sobre a terra, retomando então, em uma análise aplicada, a estrutura do mito de fecundação, ressaltando as oposições, sem, contudo explicitar complementaridade que, em nosso entender, é inerente à oposição. Consideramos que o "lócus" social de transmutação das oposições em complementaridade é o próprio sujeito, pois conforme Leach nos ensina a noção de oposição entre duas oposições implica a existência da terceira entidade - a coisa que oscila, o "eu" que a um momento encontra-se à sombra e em outro momento encontra-se exposto à luz.

Postulamos que a representação sobre o modelo de trabalho tem por matriz a reelaboração do modelo geral da oposição-complementaridade entre o masculino e o feminino. É a partir dessa matriz que os colonos do Projeto de Assentamento - P.A. Vale do Juary reelaboram suas representações. Estivemos tentando comprovar, ao longo do presente tópico sobre a divisão do trabalho, como as categorias que o ordenam têm por modelo inconsciente aquela relação de oposição-complementaridade. Veremos agora, como as condições climáticas da Amazônia, e as condições econômicas e políticas dos colonos são ordenadas em categorias que expressam o modelo citado. Explicitaremos esta correlação através das categorias que designam o tempo, o tipo e o espaço de trabalho. Começando pelas categorias que designam o tempo, estaremos chamando de tempo - I, o "tempo da seca" e de tempo - II, o "tempo das águas".

No tempo - I predomina o "tempo da seca", simbolizado pelo sol, elemento masculino, sendo que o tipo de trabalho desenvolvido nesse período é aquele ligado ao preparo da terra, todo ele constituído por atividades consideradas masculinas, como é o caso do roço, da derrubada e das queimadas. É o momento em que o trabalho nega a vegetação espontânea, através da derrubada, para em seguida superá-la da forma mais radical possível, pelo fogo, através das queimadas.

Até mesmo o espaço do trabalho remete à representação pertinente à

masculinidade, uma vez que predomina o trabalho "fora". Vejamos estas idéias resumidas no quadro abaixo:

**Tempo 1- CATEGORIAS SOCIAIS**

Para o tempo de trabalho	Para o Espaço do Trabalho	Tipo de Trabalho	Elementos Naturais de Mediação do Trabalho
Tempo da Seca	Trabalho Fora	Roço Derrubada Queimada	Sol Mat. Orgânica Veg. Fogo
(Masc.)	(Masc.)	(Masc.)	(Masc.)

No tempo - II predomina o "tempo das águas", simbolizado pela lua, elemento feminino; e o tipo de trabalho é aquele ligado ao plantio e à colheita, atividades consideradas femininas. É o momento em que o homem deposita a semente no interior da terra e espera que as chuvas continuem regulares para que a semente germine dando origem à planta socialmente útil ao grupo familiar. O espaço do trabalho remete à uma representação relacionada ao feminino, visto que predomina o trabalho dentro. Vejamos o quadro para o "tempo das águas":

**Tempo - II - CATEGORIAS SOCIAIS:**

Para o tempo de trabalho	Para o Espaço do Trabalho	Tipo de Trabalho	Elemento Natural de Mediação do Trabalho
Águas	Trabalho Dentro	Plantio Colheita	Água Terra Semente
(Fem.)	(Fem.)	(Fem.)	(Fem.)

ORG. CEMIN (1992)

As oposições entre os tempos - "tempo das águas" e "tempo da seca"; entre a designação referente ao espaço do trabalho "dentro" e "fora"; as oposições que designam o tipo de trabalho (roça, derrubada e queimada) contraposto ao plantio e à colheita, e a oposição dos elementos naturais de mediação do trabalho, sol e fogo contrapostos à água e à semente - são ordenadas, práticas e

simbolicamente, de modo a operarem a transformação de suas oposições em complementaridade capazes de garantir a reprodução física e simbólica das unidades de produção familiar. O sujeito social aparece como "lócus" de transformação das oposições em complementaridade, ou seja, como tradutor de dados de natureza em fatos de cultura. O espaço da elaboração é social e, conseqüentemente, perpassado de tensões e de ambiguidades. As trilogias homem, sol, terra; homem, lua e terra marcam oposições entre os tempos, que por sua vez designam os espaços e os tipos de trabalho; traduzindo dados de natureza em fatos de cultura, de tal modo que as oposições naturais e sociais são transmutadas em complementaridades, capazes de garantirem a reprodução física e simbólica das unidades familiares de produção.

#### BIBLIOGRAFIA

- BALANDIÉER, Georges. **Antropo/Lógicas**. São Paulo Cultrix/EDUSP, 1976.
- CEMIN, Arneide Bandeira. **Colonização e Natureza: análise da relação social do homem com a natureza na colonização agrícola e Rondônia**, Dissertação de Mestrado (Sociologia). Porto Alegre, UFRGS, 1992.
- GARCIA, JR. Alrânio R. **Terra de Trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- HEREDIA, B. M. Alasia. **A Morada da Vida: trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- LEACH, Edmund. **Deux essais concernant la representation symbolique du temps. Critique de la Antropologie**, Paris, Press Universitaire de France.

\***Arneide Bandeira Cemin**. Professora do Departamento de Filosofia e Sociologia da UNIR, doutoranda em Antropologia pela Universidade de São Paulo.